

Fôlego para a dívida e fundos

BC e CVM lançam pacote para evitar saques e perdas nas aplicações de renda fixa

Enio Vieira e Isabel Sobral*

BRASÍLIA

O Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) lançaram ontem uma ofensiva para acabar com os prejuízos e estancar a fuga de investidores dos fundos DI e de renda fixa. O objetivo também é facilitar a rolagem da dívida pública já que, nas últimas semanas, o governo tem encontrado dificuldade para vender seus títulos. Até o fim do ano, o BC vai recomprar até R\$ 11 bilhões em títulos que estão nos fundos e trocará papéis com vencimento de longo prazo por outros mais curto, abaixo de um ano.

Para compensar o aumento de dinheiro em circulação com a recompra dos títulos, as exigências de compulsórios sobre depósitos à vista, a prazo e sobre a poupança, mantidos obrigatoriamente pelos bancos no BC, foram aumentados em também R\$ 11 bilhões.

— A justificativa é acalmar a vida financeira de cidadãos e empresas enquanto não se resolvem as incertezas internas e externas da economia — afirmou o diretor de Política Monetária do BC, Luiz Fernando Figueiredo.

A alta dos compulsórios evitará que o dinheiro da recompra de títulos seja usado para a especulação com o dólar. Na poupança, o compulsório subiu de 20% para 25%; nos depósitos à vista de 45% para 48%; e nos depósitos a prazo de 15% para 18%. A diretoria do BC acredita que a medida não terá impacto no crédito.

— Se não houvesse o aumento compulsório, ainda assim não haveria risco de pressão no câmbio porque os bancos têm limites legais para aplicar em moeda estrangeira — avaliou o diretor do BC.

Prazo médio da dívida pública deve diminuir

• A prioridade será recomprar títulos pós-fixados (LFTs) com vencimentos entre 2002 e 2006, que estão na carteira dos fundos DI. O grande deságio (desvalorização) desses papéis tem comprometido a rentabilidade dos investidores. A troca de títulos de longo prazo por outros com vencimento mais curto, segundo o diretor do BC, não terá um limite preestabelecido ou tipos de papéis pre-definidos.

— Deve aumentar a demanda por títulos do governo. Ninguém queria comprar esses papéis com medo de que eles se desvalorizassem e prejudicassem ainda mais a rentabilidade dos fundos — disse Raphael Câmara, gestor de fundos da Máxima Asset Management.

Mas os leilões de troca reduzirão, ainda mais, o prazo médio de vencimento da dívida pública. Em junho, esse prazo já estava em 32,86 meses, contra 34,97 meses em 2001.

— Os vencimentos de títulos em menos de um ano somam hoje 35% da dívida. Em 1999, essa relação era de 80% — disse Figueiredo.

COLABOROU Luciana Rodrigues

*Do GloboNews.com

As medidas da CVM e do BC

A MUDANÇA NOS FUNDOS

COMO SÃO AS NOVAS REGRAS?

Os títulos públicos pós-fixados com vencimento em até um ano poderão ser contabilizados pelo seu valor de face, ou seja, pela quantia que será paga pelo governo no resgate dos papéis. Para aderir à nova regra, o fundo tem que ter capacidade financeira para manter os títulos públicos na sua carteira até a data de vencimento. A decisão é do gestor do fundo.

QUEM SERÁ BENEFICIADO?

Todos os fundos de investimento financeiro (FIFs), fundos de investimento em cotas (FACs) ou fundos de investimento no exterior. A regra vale para as modalidades de FIFs e FACs pós-fixados (fundos DI), prefixados (fundos de renda fixa), multimercados e derivativos. Nada muda para fundos de ações ou fundos cambiais.

COMO O TÍTULO SERÁ CONTABILIZADO?

Para os papéis que já estão na carteira dos fundos, será contabilizado o valor registrado na cota do investimento

ontem. Nas próximas compras de títulos pelos fundos, valerá o preço do leilão realizado pelo governo.

O QUE ACONTECE COM OS FUNDOS DI?

As aplicações que aderirem completamente às novas regras não terão mais prejuízos.

O QUE ACONTECE COM OS FUNDOS DE RENDA FIXA?

Como essas aplicações compram tanto títulos prefixados como pós-fixados, dependerá da carteira de cada fundo. A tendência é que diminua a volatilidade.

COMO O GESTOR VAI MEDIR SUA CAPACIDADE FINANCEIRA?

A exigência é importante porque garante que, no futuro, caso os saques continuem fortes, o fundo não dará prejuízo ao cotista que ficar na aplicação. Mas a adesão será uma escolha do gestor, que deverá levar em conta a liquidez do fundo, o perfil dos investidores e o histórico de depósitos e aplicações.

O QUE ANUNCIOU O BANCO CENTRAL



RECOMPRA DE TÍTULOS

O BC fará uma recompra de títulos, prioritariamente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), num total de até R\$ 11 bilhões, com vencimento até 2006, exclusivamente para encurtar os prazos dos títulos existentes nas carteiras dos fundos de investimento.



COMPULSÓRIO

O BC aumentou as alíquotas dos compulsórios sobre os depósitos a prazo, à vista e em cadernetas de poupança, e esse adicional somará R\$ 11 bilhões que servirão para fazer frente às recompras.



NOVO RECOLHIMENTO

O recolhimento compulsório sobre depósitos em poupança teve um aumento de 5 pontos percentuais. Ou seja,

a alíquota passa de 20% para 25%. A alíquota do compulsório sobre depósitos à vista (conta corrente) foi de três pontos percentuais, passando de 45% para 48%. E, por último, a alíquota do compulsório para depósitos a prazo (títulos públicos, CDBs) subiu também três pontos percentuais, passando dos atuais 15% para 18%.

Luiz Fernando Figueiredo, diretor de Política Monetária do Banco Central



Alton de Freitas